

A Assembleia Geral da Associação Nacional de Sargentos reúne-se em 20 de Abril, em Lisboa, para votar na especialidade o Regulamento Interno da organização.

O projecto de Regulamento Interno já foi aprovado na generalidade em assembleia anterior e é agora submetido à votação na especialidade contendo as

A ANS vai aprofundar a sua implantação em todo o País. Os instrumentos para concretizar estes objectivos estão contemplados no Regulamento Interno da Organização que a Assembleia Geral vai votar em Abril.

As comissões permanentes de ramo terão a função de promover, ao nível do respectivo ramo, os objectivos da ANS, acompanhar e promover a situação social dos associados, nomeadamente com actividades cívicas.

O delegado associativo será o elemento de dinamização e coordenação da actividade da ANS junto dos associados.

ANS QUER ESTAR EM TODO O PAÍS

alterações propostas na altura.

O documento é um passo decisivo para a generalizar a implantação efectiva da Associação ao nível regional em todo o País. O projecto contempla uma estrutura descentralizada para a ANS com a criação de delegações regionais, comissões permanentes de ramo e a designação de

delegados associativos.

As delegações regionais terão a competência de executar, a nível regional, os objectivos nacionais da Associação e desenvolver acções e iniciativas com vista à divulgação da ANS e que visem a dignificação social, cultural e profissional dos associados.

Compete-lhe estabelecer, manter e desenvolver o contacto permanente entre os sócios e a ANS, manter os sócios informados da actividade e estimular a sua participação na vida da Associação. Entre outras atribuições, compete-lhe ainda levar até às instâncias da ANS os problemas que afectem qualquer sócio.

MENSAGEM AOS NOVOS SARGENTOS

A Associação Nacional de Sargentos dirigiu aos futuros sargentos a seguinte mensagem que aqui reproduzimos na íntegra.

«A Associação Nacional de Sargentos - ANS, dirige a todos quantos brevemente ingressarão na classe um abraço de amizade e solidariedade.

Pelo papel determinante que a classe tem no plano profissional;

Pela história que a envolve;

Pelos valores - justiça, dignidade e verdade - que responsabilmente têm sido ao longo de gerações fonte inspiradora e motora da iniciativa da classe.

Ser sargento é uma honra.

Muitos são os problemas com que se

debate a classe - formação e actualização técnico-profissional, condições para um exercício profissional pleno; regalias de ordem social; subsídios desactualizados; ausência de perspectivas claras de progressão na carreira, etc.

Estais prestes a ingressar na classe e desde logo sois confrontados com o absurdo de ter de comprar a farda para ser sargento.

A ANS tem vindo a chamar a atenção para os problemas da classe. Embora jovem, a ANS contém nos seus valores e na sua acção o sentido da História.

O diálogo com vista a serem encontradas as melhores soluções continua a ser por nós considerado fundamental e lamentamos que esta nossa pretensão não seja considerada.

Acreditamos que os anos 90 serão anos de dignificação.



Com o mesmo empenhamento e responsabilidade, reforçados com a tua presença, seguiremos na prossecução dos objectivos de dignificação e justiça. Contamos contigo.»

TABLÓIDE

Ainda não é possível editar «O SARGENTO» em formato «tablóide». Este objectivo do jornal, que traduz a vontade da classe, não se pode concretizar nesta edição porque requer um esforço financeiro impossível de suportar nesta fase da vida de «O SARGENTO».

O SARGENTO JORNAL BIMESTRAL

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE PELO PRAZO DE 1 ANO

- ☐ Continente (500\$00)
☐ Regiões Autónomas (600\$00)
☐ Europa (700\$00)
☐ Macau (80\$00)
☐ Guiné, Angola e Moçambique (800\$00)
☐ Outros Países (800\$00)

Forma de pagamento: ☐ Cheque ☐ Vale postal

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

1 MARÇO/ABRIL 91

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS • DIRECTOR ARMANDO PARREIRA • PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

EDITORIAL

Reiniciando uma nova etapa ao serviço da classe de sargentos, em vésperas do século XXI, quando uma mudança histórica se desenvolve no campo da informação, com primazia para os audiovisuais, o «O SARGENTO» cumpre os seus cento e três anos de vida com um interregno de cem anos.

Num mundo que atravessa crises como as que hoje nos afectam, as comemorações e datas históricas não têm sentido nenhum quando se desligam das necessidades sociais da actualidade e das razoáveis previsões para o futuro.

Somos de opinião de que a imprensa deve ter uma função também organizadora, reforçada dia-a-dia no espírito da nossa época.

Entendemos que o leitor espera de um jornal que ele seja o amigo sereno, um confidente informado e verdadeiro, documentado. O conselheiro responsável, o companheiro tanto para os dias de esperança como para as horas de preocupação.

Quanto ao editor, ele deve sentir-se muito identificado com os anseios do leitor.

Para alcançar estes objectivos, a equipa de «O SARGENTO» irá desenvolver constantemente um trabalho com vista ao seu próprio progresso profissional, a uma maior dignificação da classe.

Os problemas serão abordados com objectividade e com alta responsabilidade cívica. Haverá uma atitude crítica para com as deficiências. Críticas de princípio e construtivas das deficiências e falhas. Daremos grande cobertura à experiência acumulada.

Assim, cremos sinceramente, que deste modo iremos converter um dos mais antigos jornais do País num dos mais modernos.

Não se tratará de o ser no campo tecnológico. Um jornal moderno tem de se afrontar com a evolução do nosso mundo, marcada por acontecimentos e transformações de alcance diverso e por tendências gerais que nos afectam particularmente. Um jornal moderno tem de cumprir eficientemente as funções informativas e de orientação que a sociedade lhe pede e lhe exige.

A comemoração histórica do Interregno deste jornal, a sua reposição na liça social dos sargentos, é pois mais uma nova ocasião para consolidar o compromisso do «O SARGENTO» com os sargentos de então, de agora e do futuro.

A vontade comum de todos quantos fazemos e temos o «O SARGENTO» é a força que irá dar vida prolongada a este jornal.

A INJUSTIÇA DOS ESCALÕES

Os militares afirmam que o sistema de Escalões produz distorções e injustiças nos seus vencimentos. A ANS levou a questão ao Provedor de Justiça e à Comissão Parlamentar de Defesa. O Ministro da Defesa Nacional divulgou que «antes da aprovação dos critérios» a instituição militar foi devidamente consultada «através dos canais competentes», mas, hoje, as chefias concordam com a necessidade de corrigir o sistema de Escalões.

PÁG. 2 e 3

MILITARES ABDICAM DO FUNDO DE PENSÕES

O Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas pode «falar» por falta de interessados. Os militares estão a desistir da sua participação porque não há garantia de que serão recompensados pelo dinheiro que descontam para o fundo.

PÁG. 5

COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

As principais cerimónias para a comemoração do Centenário da Revolta de 31 de Janeiro de 1891 decorreram no Porto. Em Lisboa, a Assembleia da República comemorou a data com uma sessão solene. A ANS reiterou o anseio de o 31 de Janeiro ser consagrado o Dia Nacional dos Sargentos, numa mensagem aos Grupos Parlamentares.

PÁG. 7

A ANS VAI FORTALECER IMPLANTAÇÃO

A Assembleia Geral da ANS reúne-se em 20 de Abril para votar o Regulamento Interno, onde estão contemplados os instrumentos para fortalecer a implantação da organização em todo o País e um mais próximo acompanhamento dos problemas dos associados e da classe.

PÁG. 12

Bartas a

«O SARGENTO»

«O SARGENTO» quer manter com os seus leitores uma relação dinâmica, activa de parte a parte. Por isso não podíamos deixar de reservar um espaço para publicar os textos, fotografias e desenhos que para o efeito nos queiram enviar.

Os temas ficam ao critério dos leitores. Por exemplo, podem referir-se a problemas sócio-profissionais, ao encontro-convívio ou a actividades desportivas, entre muitos outros, e os textos podem vir acompanhados por fotos ou desenhos que os ilustrem.

A morada de «O SARGENTO» é:
Rua da Madalena, 125 - 3.ª - 1100 LISBOA - TEL. 876968

Veja lá sr. Doutor...

I
VEJA LÁ SR. DOUTOR
SE TEM ALGUM CABIMENTO
COM UM POSTO SUPERIOR
TER MENOR VENCIMENTO

II
COMO É QUE PODE SER
EM CURSO QUE VÁ TIRAR
TER DE ME BATER
PELO ÚLTIMO LUGAR

III
TANTOS ANOS A TRABALHAR
SER MILITAR NÃO É RAZÃO
NÃO NOS QUEREM RESPEITAR
... DÃO-NOS INFERIOR ESCALÃO

IV
EXPOSIÇÃO PERTINENTE
DIZ O CHEFE AO DESPACHAR
RAZÃO, NÃO É SUFICIENTE
P'RO DECRETO REVOGAR

V
SENHORES DE GRANDE CIÊNCIA
SEGUROS DO SEU SABER
MANDAM-NOS TER PACIÊNCIA
POR TÃO POUCO RECEBER

UM SARGENTO

FORAM DESBLOQUEADOS MAIS DOIS ESCALÕES

Dois novos escalões de vencimentos dos militares vão ser desbloqueados com efeitos desde um de Janeiro deste ano.

Ao abrigo deste desbloqueamento, os militares que tenham entre três e 11 anos de permanência no posto progridem um escalão e os que tenham mais de 11 anos de posto progridem dois.

O diploma que regulamenta este desbloqueamento de escalões pretende ainda suster as anomalias e inversões provocadas pelo primeiro desbloqueamento e evitar aumentar e piorar essas situações.

ESCALÕES E CONTRADIÇÕES

Decididamente, os escalões são mesmo geradores de contradições, não só nos vencimentos dos militares. Senão repare-se nas declarações do Ministro da Defesa Nacional ao «Anais do Clube Militar Naval» e num despacho do Superintendente dos Serviços de Pessoal da Armada que reproduzimos.

ENTREVISTA COM O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

MDN - 8. ESCALÕES - Importa distinguir em primeiro lugar entre, por um lado, a disciplina e a hierarquia vigentes na instituição militar; e, por outro, os níveis remuneratórios. Se bem que a escala salarial tenha uma estreita correspondência com os postos, a relação não pode, todavia, ser absoluta.

Trata-se de matéria sobre a qual foi, através dos canais competentes, devidamente consultada a instituição militar, antes da aprovação dos critérios do novo sistema retributivo para as Forças Armadas.

E a resposta unânime foi a de que este era o melhor método para ir ao encontro das actuais necessidades da organização.

A reestruturação das Forças Armadas e a consequente revisão legislativa são questões que merecem um debate nacional mas o governo avança sozinho e está a legislar dispersamente sobre a matéria.

Espera-se que no fim toda a cadeia legislativa tenha o seu sentido. Duvida-se é que nessa altura exista harmonia porque entretanto não se procura o consenso.



A necessidade de reestruturação das forças Armadas e consequente revisão legislativa é uma questão de consenso. Claro que tal matéria, pela importância que tem, deveria ser objecto de um debate nacional e institucional o mais amplo possível.

Se assim fosse, impunha-se começar pela elaboração de um novo conceito estratégico de defesa nacional, militar, sistema de forças, dispositivo, missões, bem como a revisão da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA)

harmonia final se entretanto falta o consenso?

Assim é com o processo dos Estatutos dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), o qual, dada a contestação que mereceu, foi chamado para ratificação pela Assembleia da República.

Ainda os Estatutos andavam a ro-

tado-Maior do Exército, general Loureiro dos Santos, manifestou preferência por um período de SMO de oito meses.

Agora o Ministro da Defesa Nacional fala da Lei de Bases da Organização das Forças Armadas.

Tanto quanto é dado a perceber pela leitura da Lei de Defesa Nacional e das

DEFESA E FORÇAS ARMADAS REQUEREM DEBATE NACIONAL

e demais legislação daí resultante.

O Governo não entendeu assim e está a seguir um método de reestruturação que condiciona e limita uma discussão responsável e ampla a que tal matéria deve obedecer. Tal método consiste em tomar iniciativas de legislação dispersas, como peças de um «puzzle».

Acreditamos que o Ministro da Defesa Nacional tenha no seu gabinete, por ordem, toda a cadeia legislativa que tem sido apresentada sem sequência e, no fim, tudo se encaixe. Mas qual será a

dopiar e já o Ministro da Defesa Nacional anunciava a redução de Serviço Militar Obrigatório (SMO) para quatro meses. Entretanto, o Governo elaborou um Projecto de Revisão da Lei do Serviço Militar que insiste nos quatro meses, mas só para 1993 e abre a possibilidade de o serviço militar ir até aos 12 meses. Importa agora verificar se tal projecto não altera o princípio constitucional do SMO como base orgânica das Forças Armadas.

Mais recentemente, o chefe do Es-

Forças Armadas, é desta que decorre a Lei de Bases. Há, por isso, que levantar as seguintes interrogações:

- Vai a Lei de Bases provocar alterações à LDNFA?

- Se sim, porque não coloca o Governo antes a questão de revisão da LDNFA?

- A partir de que conceito estratégico de defesa nacional e militar vão as FAs ser organizadas?

As respostas a estas questões são peças que faltam no já referido «puzzle» que é o processo reestruturador das FAs.

Grandes opções

O Artigo 3.º, sobre a «Afirmação de Portugal no Mundo», das Grandes Opções do Plano para 1991 despertou uma atenção especial a «O SARGENTO».

Esse artigo refere que «A opção pela afirmação de Portugal no Mundo implica mobilizar o conjunto de instrumentos de acção externa do Estado, a nível diplomático e militar, económico, científico e cultural, por forma a reforçar o papel internacional de Portugal (...)».

«O SARGENTO» está mobilizado para a Afirmação de Portugal no Mundo, mas questiona-se sobre quem se vai afirmar e como se vai afirmar quando lê no referido artigo que «esta acção do Estado exigirá, nomeadamente:

(...)

b) Uma participação activa na adaptação da Aliança Atlântica às novas condições internacionais, por forma a manter e a fortalecer as relações estratégicas da Europa Ocidental com os Estados Unidos da América».

(1) Despacho do V/Alm. SSPA de 23FEV91.
"1-NÃO É POSSIVEL DAR ANDAMENTO A ALTERAÇÕES DE ESCALÃO SEM QUE A LEI EM VIGOR SEJA ALTERADA.
2-NO ENTANTO RECONHECENDO A PERTINENCIA DESTA EXPOSIÇÃO A MESMA VAI SER ENCAMINHADA PARA AS INSTANCIAS SUPERIORES COM O OBJECTIVO DE SER EQUACIONADA A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO, DE FORMA A INTRODUIR EVENTUAIS ALTERAÇÕES NO REGIME JURÍDICO NO N.º 3.º APLICAVEL AOS MILITARES"

ANS

RECORRE A PROVIDOR DA JUSTIÇA

A Associação Nacional de Sargentos pediu ao Provedor de Justiça que requeira a declaração de inconstitucionalidade de um artigo da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e de vários artigos do Regulamento de Disciplina Militar que atribuem ao Supremo Tribunal Militar (STM) competência no contencioso de anulação de sanções disciplinares. Para a ANS os artigos em causa violam a Constituição por restringirem direitos dos cidadãos militares, nomeadamente o direito ao recurso contencioso. A ANS entende que o STM é um tribunal especializado e, portanto, só pode conhecer de crimes essencialmente militares e não de questões disciplinares.

Vasco da Gama chegou e traz Camões à memória

A fragata Vasco da Gama chegou. Foi recebida com pompa e circunstância. Houve salva de 21 tiros e discursos a condizer. Só ninguém disse que a «Meko» também traz a promiscuidade da convivência entre a alta tecnologia e a exiguidade das instalações para a marinhagem, entre a alta especialização exigida aos que a operam e os baixos salários que auferem, quando comparados com os seus colegas da Europa e da NATO. E traz Camões à memória, sempre actual.

Uma salva de 21 tiros acolheu a fragata Vasco da Gama quando esta navegava em frente à Torre de Belém, no dia 24 do mês de Março deste ano, pela manhã, a caminho da base naval do Alfeite. Vinda de Hamburgo, na Alemanha, onde foi construída, esta fragata traz no bojo, para além da alta tecnologia que se lhe reconhece, muitos problemas que não são questões laterais para a Marinha, mas realidades que dizem respeito, não só à vida dos marinheiros da sua equipagem, mas extravasam para as Forças Armadas. Sabe-se que o SONAR não funciona por falta de «software». Que os helicópteros que deveriam equipar a fragata só virão

em 1993. Que escasseiam os sobressalentes. Problemas, também graves, respeitam ao «gentio e gente generosa» que se queixa do «exíguo que a bordo lhe reservam». Os cursos de formação foram apressados, subestimando-se a necessidade de bem assimilar conhecimentos para operar equipamento tão valioso e caro, pois o custo da manutenção anual da «grande nau» está previsto para um milhão e meio de contos. Há desencanto e desmoralização devidos à diferença salarial existente entre militares portugueses e os seus colegas da Europa e da NATO que operam equipamento tão sofisticado. Há falta de perspectivas de carreira, que já se esgotaram para as «gentes», dizem que por «Culpa de reis, que às vezes a privados / Dão mais que a mil que esforço e saber tenham». Das técnicas e dos métodos aplicados aos ESCALÕES ressaltam um ror de

injustiças e uma nítida transgressão à lei constitucional, dizem que: «Por uso e por decreto, Do qual são inteiros observantes Ajuntaram o exército inquieto» Enfim, um grande rol de problemas que fazem pensar que os pedidos de suspensão das comissões na «grande nau» Vasco da Gama, feitos pela sua marinhagem, devem ser objecto de fina reflexão.

Os «saltos de 50 anos em termos de eficácia operativa» devidos ao «esforço financeiro», conforme certas opiniões, poderão existir de «tempos a tempos». Mas saltos houve e continuarão a haver, de 50 e mais anos, que de esforço financeiro algum necessitam por para tanto bastar o extravasar do mal estar de sofrer discriminação e injúria sem razão.

NOTA: no texto são feitas citações de Camões e do discurso proferido pelo Ministro da Defesa aquando da chegada da fragata, como o leitor facilmente distinguirá.



Militares que se dedicaram à instituição, valorizando-se para progredir na carreira que abraçaram, estão hoje a reflectir sobre a compensação do seu esforço. É que há camaradas seus com menos anos de serviço e até com patente inferior que recebem ordenados mais elevados. O «segredo» destas disparidades está no sistema de escalões decorrente do Novo Sistema Retributivo.

Apesar destas «vantagens», não consta que os militares tenham substituído o empenho profissional pelo estudo do sis-

se não fosse promovido como, ainda, recebeu menos 15 mil escudos que os sargentos ajudantes promovidos ao posto a partir de Julho.

Situação idêntica aconteceu com os cabos que frequentam o Curso de Formação de Sargentos. Quando promovidos a 2.º sargento ficarão, por isso, prejudicados em termos de remuneração uma vez que um cabo do último escalão ganha mesmo mais que um 1.º sargento até ao quarto escalão.

OS MILITARES DESCONTENTES COM O SISTEMA DE ESCALÕES

tema de escalões como forma de procurar melhorar os seus vencimentos. Pelo contrário, são protagonistas da contestação ao sistema de escalões. É a própria comunicação social que dá conta de que «os militares dos três ramos estão a começar a inundar as secretarias dos chefes com reclamações».

Por seu lado, a Associação Nacional de Sargentos, enquanto representante da classe que se sente particularmente lesada com os escalões, vai mais longe nos seus esforços. Entregou uma exposição sobre a matéria ao Provedor de Justiça e foi recebida pela Comissão Parlamentar de Defesa onde diligenciou alterações ao sistema de escalões e expôs a gravidade da situação. Entretanto, aguarda resposta aos seus pedidos de audiência aos chefes dos Estados-Maiores do Exército, da Força Aérea e da Armada, ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Ministro da Defesa Nacional.

A adopção de formas expressivas de descontentamento, por parte da classe, não são de estranhar, divulgou a ANS numa informação aos sargentos em que lamentou a falta de diálogo e reiterou a sua disponibilidade para resolver a situação por esta via, ao mesmo tempo apelando aos seus associados que se mantenham atentos ao evoluir da situação.

Os militares estão descontentes com o sistema de escalões aplicado aos seus vencimentos. Dizem que o método causa discriminações e injustiças e reclamam para as chefias, que também reconhecem a necessidade de corrigir o sistema. A ANS lamenta a falta de diálogo e admite que ele leve a formas expressivas de descontentamento.

(DES)PROMOÇÕES

Entretanto, a situação agravou-se. Um 1.º sargento promovido a sargento ajudante antes de 1 de Julho de 90, data primeira do desbloqueamento de escalões, ficou não só a ganhar menos do que

O sistema de escalões, assente numa base de «tempo de posto» e não no «tempo de serviço», conduz a que a remuneração dos militares não corresponda à hierarquia das patentes e da antiguidade.

Os escalões criaram a possibilidade, já verificada na prática, de militares preteridos na progressão na carreira por motivos disciplinares, terminado este impedimento, ascenderem ao posto imediato inseridos num escalão superior ao de camaradas seus com tempo de serviço idêntico ou mesmo superior, promovidos na altura devida e há mais tempo.

CHEFIAS DÃO-NOS RAZÃO

Uma situação semelhante à que se verifica agora nas Forças Armadas foi evitada pelo Governo na GNR, PSP e Guarda Fiscal. As próprias chefias militares reconhecem a necessidade de corrigir o sistema, atitude a que não serão alheios os milhares de exposições que lhes foram entregues por militares descontentes com os escalões.

A imprensa divulgou despachos em que as chefias apontam para a «revisão da legislação» e reconhecem a «pertinência» das reclamações dos militares. Reconhecem, ainda, as «situações anormais no sistema retributivo» e que não houve «o máximo rigor» na análise das suas implicações. Os documentos com pareceres deste teor tiveram origem nos três ramos das Forças Armadas e foram emitidos, designadamente, pelo Superintendente do Serviço de Pessoal da Armada, pelo Chefe da Repartição de Pessoal do Exército e pelo gabinete do CEMFA.

MOÇÕES APROVADAS

Sargentos querem corrigir injustiças

Os sargentos querem que o Ministro da Defesa dialogue com a sua Associação para se eliminarem as injustiças que afectam a classe, nomeadamente as resultantes do Novo Sistema Retributivo, e querem que a Assembleia da República reanalise e corrija o documento.

Os sargentos da Força Aérea e da Armada, reunidos em Março, respectivamente em Lisboa e em Almada, aprovaram moções em que sugerem que o Ministro da Defesa Nacional receba em audiência a Associação Nacional de Sargentos para, através do diálogo, se eliminar as injustiças com que os sargentos se debatem, nomeadamente as resultantes do Novo Sistema Retributivo (NSR) que veio trazer graves distorções e injustiças aos vencimentos dos militares.

Os sargentos da Armada aprovaram, também, outra moção em que sugerem à Assembleia da República, que chamou o NSR para ratificação, reanalise e corrija as injustiças contidas no documento.

As moções foram enviadas ao Ministro da Defesa Nacional e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Os sargentos referem o NSR como um elemento gerador de desmotivação, instabilidade e insatisfação no seio das Forças Armadas devido às distorções e injustiças que dele decorrem e se traduzem por:

- Militares com o mesmo posto e mais tempo de serviço recebem vencimento igual aos com menor tempo de serviço.

- Militares com o mesmo posto e ocm mais tempo de serviço recebem menor remuneração do que os com menos tempo de serviço.

- Militares que pelo facto de terem sido promovidos ao posto imediato recebem menor remuneração em relação àquela que receberiam se tivessem progredido horizontalmente no posto que detinham, isto aquando do desbloqueamento dos escalões.

- Militares com «n» anos de posto recebem menor remuneração do que os do mesmo posto recentemente promovidos.

Na moção afirma-se que estas situações provam a necessidade de diálogo entre legislador e os órgãos representativos dos sargentos, nomeadamente com a ANS. Refere-se, também, que o Governo evitou que ocorressem distorções e injustiças idênticas na GNR, PSP e Guarda Fiscal.

Desobstruir o diálogo

Os sargentos constituíram uma Associação Nacional. Tal foi um extraordinário

ANS prepara filiação na EUROMIL

A ANS vai fazer-se representar internacionalmente na EUROMIL e está a preparar a sua filiação nesta organização europeia de associações militares que se rege pela independência religiosa, financeira e política.

A Associação Nacional de Sargentos está a efectuar contactos com vista à sua filiação na EUROMIL (Organização Europeia de Associações Militares). Presentemente, as relações da ANS com a EUROMIL são no sentido de conhecer melhor esta organização europeia e as suas associadas.

A EUROMIL foi fundada na Alemanha em 1972 e está sediada em Bona. Actualmente é integrada por associações da Bélgica, Alemanha, Dinamarca, França, Itália, Holanda e Áustria.

A EUROMIL tem estatuto de membro consultivo do Conselho da Europa e tem assento na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Rege-se pela independência religiosa, financeira e política. Propõe-se promover os interesses sociais e ideológicos e de carreira dos militares e do seu agregado, bem como representar os interesses das associações que a integram junto de organizações e autoridades supranacionais.

Tem por objectivos especiais a representação internacional de interesses e troca de experiências entre as associações filiadas, assim como reforçar em toda a Europa o direito à formação de

passo que visa facilitar e institucionalizar o diálogo.

As renovadas diligências, com pedidos de audiências já formulados o que nos revelam? A desconfiança. A não existência de diálogo. A recusa a uma melhor resolução dos problemas.

Porquê, então, persistirem tais atitudes? Será um desmérito dialogar com os sargentos? Será uma quebra de hierarquia? Se fosse esta a concepção na vida nacional o País estaria na anarquia.

Em boa verdade, aquilo que cada vez mais se pratica é o diálogo para a resolução de problemas. E eles existem. São os Escalões, as Carreiras, os Quadros Orgânicos, entre outros.

É a prática do diálogo que norteia a acção da vida da ANS, quer quando se relaciona com os seus associados quer quando se dirige a instâncias superiores. E é por esta via que procura encontrar consensos para a resolução dos problemas. Obstruir esta via não serve a ninguém.

associações do pessoal militar e o direito de nelas participar.

Nas suas actividades é respeitado o princípio básico de manter a independência nacional dos membros associados e de não ingerência em assuntos oficiais das tropas.

No programa base da EUROMIL consta a determinação de fazer aprovar uma resolução na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa no sentido de ser dada a todos os soldados (regulares, voluntários e conscritos) a hipótese de formarem associações profissionais, associarem-se e terem um papel activo nessas organizações.

A EUROMIL realça que a prontidão das forças armadas dos países em que existem associações militares nunca foi denegrida pela existência dessas organizações e acha incompreensível que, apesar das bem sucedidas experiências em diversos países, o associativismo militar não tenha resultado ainda numa onda associativista em todos os estados membros do Conselho da Europa, talvez devido, acrescentamos nós, a entraves mais ou menos disfarçados dos poderes instituídos.

CLUBE DE SARGENTOS DE AERONÁUTICA Procura nova sede

O Clube de sargentos de Aeronáutica vai redobrar esforços no sentido de encontrar este ano um local apropriado para instalar a sua sede social, refere o Plano de Actividades para 1991, aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral, reunida em Março, em Lisboa.

A concretização deste anseio do Clube, que vai no quinto ano de existência, permitirá um melhor trabalho administrativo e o consequente aumento das actividades culturais, recreativas e desportivas, entre outras previstas no Plano de Actividades da organização.

A Assembleia Geral aprovou, também por unanimidade, o Relatório da Direcção referente ao ano de 1990.

Militarizados da Marinha criam Associação

A Comissão Instaladora da Associação Nacional dos Militarizados de Marinha, reunida no mês passado, decidiu avançar para a legalização da Associação, tratar dos aspectos administrativos e iniciar a procura de um local para instalar a sede da organização.

A Comissão Instaladora emitiu um comunicado destinado ao pessoal militarizado em que apelava ao reforço da unidade em torno do processo associativo.

COMISSÃO DE SARGENTOS DA ARMADA Dois anos de mandato

A Comissão Consultiva permanente dos Sargentos da Armada (CCPSA), aproximando-se o fim do seu mandato, decidiu elaborar uma publicação onde vai condensar o essencial da actividade que desenvolveu, de modo a servir de consulta e de trabalho.

No balanço dos dois anos da sua actividade, a CCPSA fez constar que se deparou com dificuldades de funcionamento no que diz respeito à comunicação com os sargentos, pelo que sugeriu a alteração das normas de funcionamento para que as próximas comissões possam desenvolver um trabalho mais eficaz.

Acção de despejo ameaça clube do Sargento da Armada

O Clube do Sargento da Armada está em risco de ficar sem sede nacional por força de uma acção de despejo. Argumenta-se para tal que o clube é uma entidade privada sem ligação com a instituição militar. Mas, na prática, a Armada atribui-lhe verbas, publicou-lhe os Estatutos, desconta as quotas dos sócios e divulga-lhes as iniciativas.

O Clube do Sargento da Armada (CSA), que comemorou o 16.º ano de existência em 23 de Fevereiro, está em risco de ser despejado da sua sede social, localizada em Lisboa, no culminar de um processo que decorre há anos e contra o qual os seus corpos directivos têm diligenciado junto de diversas entidades.

O encaminhamento para este desfecho do processo deve-se ao facto de o EXCEMA, almirante Sousa Leitão, ter referido o CSA como uma entidade privada, sem qualquer ligação à instituição militar. Este pressuposto está errado porque, embora seja entidade privada, o CSA tem uma ligação muito estreita com a Mar-

inha, o que é provado por diversos factos, entre os quais se destacam:

- Os Estatutos do CSA foram publicados na Ordem da Armada.

- O Orçamento da Armada contém uma verba expressamente destinada ao CSA.

- A quotização é processada através do Conselho Administrativo da Administração Central da Marinha.

- Nas ordens da Armada saem avisos sobre realizações que o CSA promove.

- A importância do serviço social prestado aos militares da Armada.

O CSA tem quatro mil sócios. Com a sede social em Lisboa e a delegação no Feijó assegura um conjunto vasto de iniciativas como o serviço de refeições,

exposições, colóquios, biblioteca, natação e outros.

Com toda a obra e património que soube construir e dar aos sargentos durante 16 anos, o CSA merece uma atenção diferente.

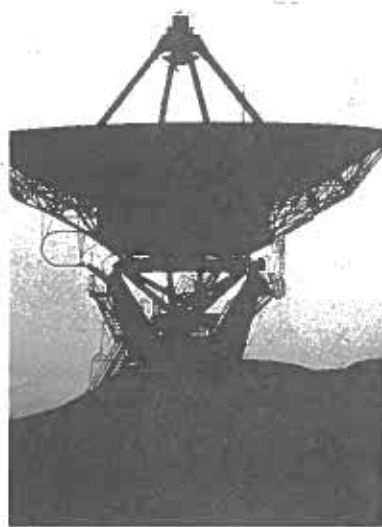
A consumar-se processo de despejo do CSA, tal revelaria, uma perda de valioso património e serviços, bem como a Marinha e a Instituição Militar em geral ficariam mais pobres.

Cabe aos sargentos da Armada em particular e a todos os sargentos em geral assumirem a solidariedade e o empenhamento com vista a que o CSA continue a ter um papel activo e de relevo entre a classe e na instituição militar que justa e responsabilmente conquistou.

O SARGENTO

Propriedade:
ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE SARGENTOS
Redacção, composição
e impressão:
Rua da Madalena, 125 - 3.º
1100 LISBOA - Tel. 876668
Tiragem: 5.000 exp.
Registo na DGCS 115109

ENCONTRO INTERNACIONAL DE CONTROLADORES AÉREOS MILITARES



Os controladores aéreos militares vão realizar um Encontro Internacional, na Base Aérea n.º 1, em Sintra, no dia 18 de Maio, para convívio entre as diferentes gerações de profissionais do Ramo e respectivas famílias.

A organização do Encontro pertence ao ATC (Controlo de Tráfego Aéreo) da Base de Sintra e tem já confirmada a participação de alemães, espanhóis, americanos e ingleses.

No programa do encontro consta o baptismo de voo para crianças com a atribuição do respectivo certificado, almoço-convívio, jogos populares, música ao vivo e um concurso de desenho de crianças.

FÉRIAS

A Força Aérea Portuguesa estabeleceu um protocolo com a sua congénere espanhola para intercâmbio de instalações de veraneio no período de férias.

A gravidade dos ferimentos, devido à explosão se ter dado muito próximo do seu corpo, provocou o falecimento de António Marcelino antes da chegada de um helicóptero, chamado para evacuar-lo para um hospital.

Este acidente vem, mais uma vez, despertar a atenção para a perigosidade do treinamento militar que periodicamente provoca vítimas. Faz, conseqüentemente, reflectir sobre se essa perigosidade não poderá ser reduzida para níveis em que acidentes como o que vitimou o sargento António Marcelino não aconteçam.

Com consternação pelo trágico acidente que vitimou um membro da classe, «O SARGENTO» apresenta condolências à família do malogrado sargento António Marcelino.

TÍTULO PÓSTUMO Para Firmino Miguel

O general Firmino Miguel, recentemente falecido num acidente de viação, foi condecorado a título póstumo com a medalha de ouro de Serviços Distintos, numa cerimónia que decorreu na Academia Militar. O Primeiro-Ministro efectuou a entrega das insígnias da condecoração à viúva do antigo chefe do Estado-Maior do Exército, Maria Luísa Pereira Miguel.

Estiveram presentes na cerimónia, entre outras individualidades, o Ministro da Defesa Nacional, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os chefes dos Estados-Maiores do Exército, da Força Aérea e da Armada.



Novos CEME e CEMA

O general Loureiro dos Santos e o almirante Fuzeta da Ponte são, respectivamente, os actuais Chefe do Estado-Maior do Exército e Chefe do Estado-Maior da Armada, cargos em que foram recentemente empossados sob proposta do Governo.

DURANTE UM EXERCÍCIO Acidente com uma granada mata sargento António Marcelino

O sargento António Alberto Dias Marcelino, do Batalhão de Infantaria Mecanizada de Santa Margarida, faleceu no dia 26 de Março, vítima de um acidente com uma granada de mão durante um exercício.

O sargento António Marcelino, com 26 anos, natural de Pampilhosa da Serra, participava num exercício tático de avaliação com uma companhia de atiradores, integrando uma pequena equipa de instrutores com a função de simular posições inimigas no campo de batalha.

Segundo a versão divulgada pelo gabinete de relações públicas do Estado Maior do Exército, o sargento António Marcelino havia retirado a cavilha da granada quando tropeçou e perdeu o equilíbrio no momento em que devia lançá-la. A granada não chegou a cair no chão, explodindo na mão direita do sargento.



MILITARES RECUSAM PARTICIPAÇÃO Fundo de Pensões pode «falar» por falta de interessados

O Fundo de Pensões dos Militares das Forças armadas gorou expectativas. Os militares estão a prescindir da sua participação e o Fundo pode «falar» por falta de interessados se não lhe introduzirem contrapartidas mais aliciantes.

ONDE ESTÁ O FUNDO

Militares dos três ramos das Forças Armadas estão a enviar declarações aos respectivos chefes dos Estados-Maiores em que afirmam não querer participar no Fundo de Pensões (FP) dos Militares das Forças Armadas.

Os militares justificam a sua atitude, entre outras razões, pela falta de garantia de alguma vez vieram a ser compensados pelo dinheiro dispendido para o FP, num esforço económico demasiado prolongado no tempo. Argumentam, também, que não foram divulgadas com a necessária amplitude as vantagens e desvantagens dos participantes.

É enganoso atribuir o nome de Fundo de Pensões a este sistema criado para os militares, uma vez que não obedece aos critérios definidos para os fundos de pensões - não tem reembolso assegurado e só é transmissível por morte como complemento de pensão de sobrevivência, caso esta esteja abaixo de 80% do valor de referência.

Existem no mercado produtos financeiros que são muito mais atraentes que o FP, quer em termos de garantia de reembolso quer em termos do montante conseguido.

Contrariamente à expectativa geral, os benefícios do FP não são imediatos. Este só estará totalmente operacional no ano 2000.

NO FUNDO PARA QUÊ?

Incompreensivelmente, o Fundo de Pensões só assegura 80% do valor da pensão de reforma e não a totalidade, e os seus benefícios só estão assegurados para os militares cuja pensão de reforma esteja abaixo dos 60% do valor de referência.

Não está definido o que acontece aos montantes descontados para o FP por militares que, em dado momento, sejam abatidos ao Quadro Permanente - será que perdem o dinheiro descontado?

Dado o seu modo de actuação, o FP pode vir a transformar-se num mecanismo de transferência de rendimentos dos militares no activo e na reserva para os militares que, estando na reforma, tenham pensões degradadas.

HAVERÁ FUNDO

Uma das fontes de atendimento do FP é a alienação de património de Estado afecto ao Ministério da Defesa. Esta alienação ainda não se efectuou, não se sabendo o montante que irá render.

Como não pode haver transferências do Orçamento de Estado para o FP e caso a alienação de património não perfaça o montante esperado, não está claro onde se irá buscar o dinheiro em falta para uma total eficácia do FP.

Não está, também, definido o que acontecerá ao FP caso seja mal gerido ou seja declarada falência à sociedade gestora - será que, nesse caso, os militares deixam de poder usufruir dos seus benefícios?

VOLTAR AO FUNDO

O Fundo de Pensões poderá, no entanto, vir a tornar-se aliciente. Para tal seria necessário efectuar alguns ajustamentos, sem os quais corre o risco de falir por ausência de participantes.

Poderão constituir motivações para os militares aderirem ao FP, a atribuição de benefícios fiscais e a hipótese de se resgatar os valores descontados, bem como a possibilidade de o Fundo efectuar empréstimos para aquisição da habitação permanente, ou mesmo para realização de obras, a juros convidativos.

É necessário salvaguardar a existência do FP e os interesses dos depositantes no caso de falência da entidade gestora ou de ser declarada incompetente para a gestão do Fundo.

A confiança dos militares seria reforçada se representantes dos ramos integrassem os órgãos de gestão do FP.

Impera, também, clarificar e regulamentar a situação dos depositantes que sejam transferidos do Quadro Permanente para outro órgão da Administração Pública.

COM SARGENTOS NAS GALERIAS

Assembleia ratificou estatuto e NSR

«**C**ontribuimos para melhorar as leis e a vida» - foi o título do comunicado distribuído pela Associação Nacional de Sargentos aos deputados e sargentos quando saíam da Assembleia da República, no dia dois de Abril, onde ocorreu a votação da ratificação dos decretos-lei referentes ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas e ao Novo Sistema Retributivo.

Os sargentos, que encheram as galerias, levantaram-se quando da votação,

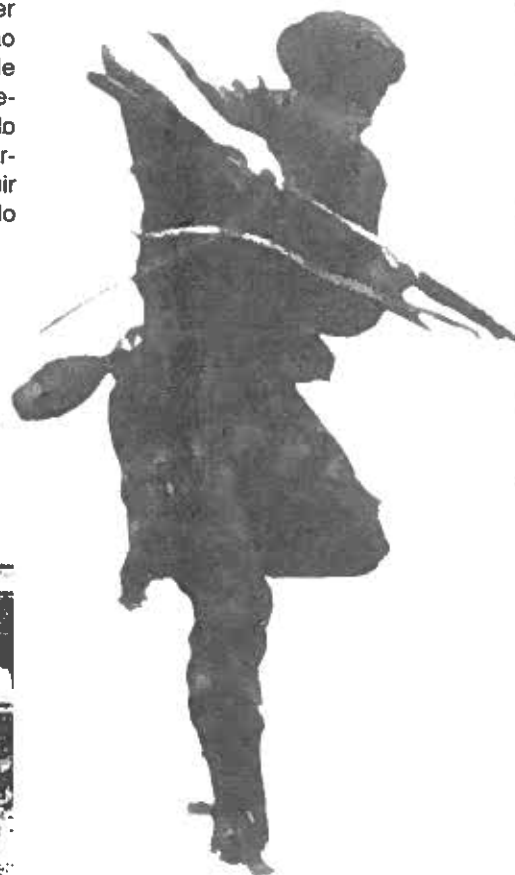
num acto de protesto que foi visível por todos os deputados presentes.

O comunicado da ANS refere que se é certo que o NSR vai continuar a ser aplicado, tal como está, essa aplicação irá obrigatoriamente revelar-se fonte de agravamento das injustiças. A ANS refere ainda que «pela nossa parte tudo continuaremos a fazer para, de uma forma responsável e empenhada, contribuir para uma justa e completa correcção do NSR.

Regulamento de avaliação militar

UM MANTO DE DESCONFIANÇA

O Regulamento de Avaliação Militar, diploma importante para a vida profissional e de carreira dos militares do Exército, está já coberto pelo manto da desconfiança. Tal resulta da ausência de diálogo em torno de tão fundamental matéria.



O projecto, que se conhece, traduz algumas alterações positivas ao actual sistema mas ainda persiste muita subjectividade.

A continuada ausência de diálogo, por parte da chefia, não auscultando os militares através dos Conselhos de Armas e de Serviços, leva ao amontoar de problemas e ao avolumar do descontentamento, sendo este novo regulamento disso exemplo.



SARGENTOS COMEMORAM NO PORTO CENTENÁRIO DO 31 DE JANEIRO

Os sargentos tiveram um papel destacado na Revolta de 31 de Janeiro de 1891. Alguns foram vítimas da repressão que se lhe seguiu. A data é, por isso, particularmente significativa para a classe que a quer ver consagrada como Dia Nacional dos Sargentos. Este ano foram comemorar o centenário da Revolta na cidade que lhe serviu de palco, o Porto.

A Associação Nacional de Sargentos promoveu várias iniciativas para a comemoração do centenário da Revolta de 31 de Janeiro de 1891, data particularmente significativa para a classe e que a ANS aspira ver consagrada como Dia Nacional dos Sargentos. Especial relevo nas comemorações foi dado ao Encontro de Sargentos realizado em 26 de Janeiro no Porto, cidade que foi palco da Revolta.

Excursões com partida de vários pontos do País, organizadas pela ANS, convergiram para a Cidade Invicta com

grande número de participantes nas cerimónias.

O programa das comemorações iniciou-se com uma romagem ao monumento erigido no cemitério do Prado do Repouso aos que combateram morrendo pela República em 31 de Janeiro de 1891. Mais tarde realizou-se um almoço-convívio no Parque de exposições da Câmara Municipal de Gaia, ao qual se seguiu um debate sobre as questões mais actuais relativas à classe de sargentos.

No decurso das cerimónias foram

proferidas diversas alocuções que destacaram o papel dos sargentos na Revolta e a importância do 31 de Janeiro no conjunto de acontecimentos que conduziram à implantação da República em cinco de Outubro de 1910.

Foram intervenientes o presidente da ANS, o presidente do Clube de Sargentos do Exército e representantes da Associação 25 de Abril.

Para além desta iniciativa de âmbito nacional, realizaram-se colóquios em Almada e Porto, missa e jantar em Viseu, entre outras iniciativas.

31 de Janeiro comemorado no Parlamento

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, a qual teve a aceitação dos restantes a Assembleia da República dedicou, no passado dia 31 de Janeiro, uma sessão solene ao Centésimo Aniversário da Revolta de 1891.

Na ocasião, usaram da palavra deputados de todas as bancadas, bem como um membro do Governo.

Presentes nas galerias estiveram sargentos, entre os quais membros dos

corpos directivos da ANS. Aliás, a ANS, momentos antes do início da sessão solene, entregou aos grupos parlamentares uma mensagem de congratulação pela iniciativa e reiterou a aspiração a que o 31 de Janeiro seja designado Dia Nacional dos Sargentos.

Nas intervenções proferidas foi focado o contributo do 31 de Janeiro para a instauração da República em 5 de Outubro, bem como os valores nobres da

justiça e da defesa da independência nacional de que tomaram consciência os heróis de há cem anos.

O deputado Carlos Brito, orador pela bancada do PCP, anunciou a disponibilidade do seu partido para dar corpo à aspiração manifestada pela ANS de o 31 de Janeiro ser consignado Dia Nacional dos Sargentos.

METODOLOGIA PEDAGÓGICA

A metodologia a aplicar tem por base uma participação activa com estudos de casos e debates sempre que oportuno.

Seja
um
assinante

Em reunião dos três ramos, GNR e Guarda Fiscal
Sargentos criam associação de classe para diálogo com o Poder

O associativismo da classe de sargentos do Exército, Armada, Força Aérea, GNR e Guarda Fiscal, nasce para cruzar o poder e a autoridade, a fim de assegurar o poder e a autoridade.



Ordem do CEME

Quatro sargentos na prisão

Quatro sargentos do Exército foram condenados a penas de dois a oito dias de detenção, por que, em princípio, já foram cumpridas as arquielamentos, segundo o tenente-coronel Hilas.

Sargentos: o renascer do



Seja
um
assinante

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIAS GERAIS

A Comissão Instaladora para a Associação Nacional de Sargentos, convoca todos os sargentos das Forças Armadas a tomarem parte nas Assembleias Gerais, a realizar em:

Lisboa, 10 de Junho: 15 horas — Voz do Operário
Porto, 10 Junho: 15 horas — Cooperativa dos Pedreiros (Rua da Alegria)
Entroncamento, 10 Junho: 14 horas — Pevilhão Gimno-desportivo dos Bombeiros Voluntários
Évora, 07 Junho — 20 horas.

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

1. Legalização da Associação Nacional de Sargentos
- a) Ratificação do Estatuto
- b) Eleição nominal da Comissão Instaladora.
2. Aprovação da declaração de princípios e programa de acção da Comissão Instaladora
3. Análise e ponto da situação
4. Resolução final

A COMISSÃO INSTALADORA

Sargentos apresentam queixa ao Provedor

O II Encontro Nacional deverá realizar-se no Pavilhão do Sacavenense

Aspirações profissionais e sistema retributivo dominam reunião de Sacavém, enquanto as chefias ameaçam com processos disciplinares

Sargentos tratam da sua vida no 2º Encontro Nacional

METODOLOGIA PEDAGÓGICA

A metodologia a aplicar tem por base uma participação activa com estudos de casos e debates sempre que oportuno.

Sargentos querem dignificar classe

Os sargentos preparam o lançamento de uma associação nacional e dizem não a um sindicato. Querem superar as questões militares. Em troca prometem esquecer graves, salários e C.

Sim, meu sargento

Os sargentos preparam o lançamento de uma associação nacional e dizem não a um sindicato. Querem superar as questões militares. Em troca prometem esquecer graves, salários e C.

Sargentos em luta por leis diferentes

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) apresenta uma proposta de lei que visa a criação de uma carreira para os sargentos, com salários e condições de trabalho diferenciadas das das outras classes militares.

Sargentos recorrem ao STJ

Sargentos 'defem' sargentos antes de entregar acusação

ESPECIAL
Preço 100\$00

O SARGENTO

31 DE JANEIRO DE 1991

ANO I

Propriedade:
Associação Nacional de Sargentos

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Director: Armando Parreira

Revolução de 1891

31 DE JANEIRO
Centenário

No mundo actual os povos necessitam, cada vez mais, de abundante informação sobre o seu passado, a sua cultura e modo de vida, por forma a se fortalecerem os laços de amizade entre eles e a impulsionar as trocas benéficas entre os seus valores espirituais.

É certo que as condições materiais e espirituais em que os povos se encontram são muito distintas, tanto no referente ao espaço da natureza onde vivem como no respeitante à vida social que praticam, com níveis de formação e de cultura também muito distintos. Mas, apesar disto, todos os povos têm como objectivo melhorar e aprofundar e aspirar ao aperfeiçoamento das condições da sua vida e do seu conhecimento intelectual.

No passado da humanidade, como agora também, existem povos que têm dado um extraordinário e importante contributo ao desenvolvimento da civilização mundial.

Entre esses povos figura, sem reservas, também o português.

Portugal alcançou períodos altos no seu poderio político e cultural e muito contribuiu com o trabalho e espírito do seu povo, dos seus estadistas e intelectuais, para o engrandecimento da cultura e civilização não só europeias.

Também vezes houve na história de Portugal onde surgiu a ameaça da sua aniquilação como nação. Mas o povo português resistiu. Lutou em condições extraordinariamente difíceis para conservar a sua nacionalidade, a sua existência, a sua cultura. Lutou, sempre, para preservar a sua liberdade política e intelectual.

Em todas as épocas, acompanhando o sentir das suas gentes, surgiram ilustres e fervorosos lutadores pela soberania nacional e progresso social. Nessa grande constelação que 1383, 1640, 1820, 1891, 1910 e o mais recente 25 de Abril tornaram visível, brilham

nomes ímpares e expoentes do Portugal medieval, de expansão, iluminista, moderno e contemporâneo.

Daí a íntima ligação da história e da cultura, duas forças poderosas da unificação do sentimento da dignidade nacional.

As ideias e as obras desses homens, pelo seu profundo humanismo,

O SARGENTO



patriotismo e intransigência frente aos sofrimentos impostos ao seu povo, suscitarão para todo o sempre uma reconhecida admiração e não duvidamos que um dia virá, como resultado de um melhor conhecimento mútuo e dum intercâmbio de valores culturais entre os povos mais úteis, que muitos mais nomes de portugueses, porque mais bem conhecidos, se juntarão à plêiade das notórias personagens da civilização europeia e mundial.



GRUPO DE PERIDOS E MUTILADOS DA REVOLTA

O que diziam e o que queriam estes militares?

... não hesitemos em caminhar para a frente, para salvarmos a nossa honra. Haja ânimo, viva o exército! Viva a Pátria! Viva a República!

(a) Um cabo

... Camaradas, nada de esperar. Que são de boca em boca o grito da revolução. Viva a República!

(a) Um sargento

... É preciso que punhamos termo a isto. Eu e os meus camaradas estamos ansiosos por ouvir o primeiro grito a favor da República.

(a) Um sargento

... Por que esperamos? Queres talvez, povo, acordar quando tudo isto pertença à vil nação pirata? De que tens medo? Do exército? Não o temas e crê que ele se colocará a teu lado para defender a nossa que rida pátria. Não gastemos tempo. Proclamemos a República e assim teremos cumprido o dever de verdadeiros militares patriotas.

(a) Um alferes

Este jornal foi entrando resolutamente pelas casernas adentro, que o consideravam como seu intermediário sem os riscos dos temidos conselhos de guerra. Estes antecedentes iam dar, forçosamente, um carácter militar à revolta.

O governo entrou no caminho das represões. Muitos militares foram transferidos outros mandados em serviço para as fronteiras.

Tudo isto só aumentou a indignação e em especial entre os sargentos, considerados os mais irrequietos e que já faziam ouvir a sua voz por intermédio dos seus próprios órgãos de comunicação, os jornais "O SARGENTO" e "A VEDETA", os quais deram à imprensa republicana um forte contributo.

Joaquim Taibner de Moraes,
Governador Civil interino
do distrito do Porto:

Cumprindo as ordens do Governo, suspendo neste distrito, enquanto durar a rebelião que se manifesta nesta cidade, as formalidades que garantem a liberdade individual.

Governo Civil do Porto, 31 de Janeiro de 1891.

Joaquim Taibner de Moraes.

Exatidão do Governo Civil do Porto, suspendendo as formalidades de 31 de Janeiro de 1891.

O director do jornal "A República Portuguesa", João Chagas, reconhece que existia uma inegável elevação espiritual e crítica nos escritos publicados no "O SARGENTO", justificando-se por isso que o principal contingente militar da revolução tenha sido de sargentos. Aliás, ele também refere a grande surpresa dos responsáveis republicanos no respeitante ao avanço dos trabalhos de organização para a revolta que já existia entre os militares.

É ainda sua opinião de que este desconhecimento por parte do Partido Republicano, demonstra que a revolta sendo uma afirmação da sociedade não deixa de ser uma iniciativa que legitimamente pode ser reivindicada pelos militares.

O 31 DE JANEIRO é uma data nacional, porque afirmou a existência de uma causa nacional integrada com os princípios republicanos. Não deixa de ser, no entanto, uma data militar porque foram, inquestionavelmente, militares que a fundaram.

... O 31 DE JANEIRO pertence à biografia dos regimentos. Para todo o sempre, Infantaria 10, Infantaria 18, Caçadores 9 e Cavalaria 6 têm-na inscrita nos seus estandartes.

No 31 DE JANEIRO o primeiro núcleo de revoltosos foi espontaneamente formado por militares. Nenhum trabalho de aliciação precedeu a organização desse grupo.

Esta vera questão vem provar-nos que o espírito dos militares havia chegado a um tão elevado grau de excitação pelos ideais republicanos, que partiram para a Revolta antes que fosse ao seu encontro a Revolução.

FACTOS

Sábado 18 de Novembro de 1989

II Série-C — Número 3

V LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1988-1990)

SUMÁRIO

Petição n.º 35/V (3.ª):

Apresentada pela Comissão de Sargentos Pró-Estatuto,
pedindo a aprovação do estatuto da condição militar 14

Provedor de Justiça:

... ao
omissões dos
las forças armadas

Além dos peticionários acima identificados, aderem e apoiam a presente petição os signatários da declaração anexa (a).

Nestes termos, requerem a V. Ex.ª que em defesa dos direitos da classe dos sargentos sejam tomadas em consideração as pretensões constantes desta petição na elaboração e aprovação do estatuto da condição militar.

28 de Junho de 1988. — Os Requerentes: (Assinaturas ilegíveis.)

(a) Desta petição foram subscritores 1138 cidadãos, cuja declaração de adesão se encontra anexa ao processo.

NOTÍCIA

A ANS foi ouvida pelo actual Provedor de Justiça. A Associação apresentou cumprimentos ao Sr. Provedor e também as suas opiniões relativas aos vários problemas inerentes aos militares e em particular aos sargentos.

Deste encontro ressaltou o desejo do Sr. Provedor de que se fundamente por escrito as questões ali focadas. Foi ponto assente de que assim se faria o mais breve possível.

A ANS congratula-se e muito reconhece as palavras amistosas e a afectividade com que foi distinguida.

NOTÍCIA

RELAÇÕES ANS
com EUROMIL

A EUROMIL é uma Organização Europeia de Associações Militares. Foi fundada em 14 de Setembro de 1972. Dela fazem parte militares da Dinamarca, Bélgica, Áustria, França, Inglaterra, Itália e Alemanha. A EUROMIL tem um reconhecido Estatuto de Membro Consultivo do Conselho da Europa e tem Assento na OIT-Organização Internacional do Trabalho. A ANS encetou relações com a EUROMIL no sentido de se conhecer melhor aquela Organização Europeia e as suas Associações Membros. A carta foi dirigida ao Executivo da EUROMIL que está sediado em Bona, na Alemanha.



Mitgliedsverbände von EUROMIL

Member Associations

ARBEITSKREIS DER BELGISCHEN MILITÄRS*EINSCHAFT (ABM)

c/o Walter Brouwers
Sint Vincentiusstraat 37
B-2018 Antwerpen Tel.: (032)394767

ALGEMEENE CENTRALE DER MILITAIRE SYNDIKATEN (ACMS)

Milcompijn 77
B-1040 Brussel Tel.: (02)7350882

ALGEMEENE CHRISTELIJKE ORGANISATIE VAN MILITAIREN (ACOM)

Stadsring 139
NL-3817 Amersfoort Tel.: (033)621414

ASSEMBLÉE NATIONALE ET FÉDÉRALE D'ASSOCIATIONS DE SOUS-OFFICIERS DE CARRIÈRE DE L'ARMÉE FRANÇAISE (ANFASOCAF)

4, Cité Joly
F-75011 Paris Tel.: (1)7000964

ASSOCIAZIONE NAZIONALE UFFICIALE AERONAUTICA (ANNA)

Via Marcantonio Colonna, 25
I-00192 Roma Tel.: (06)3872-758

CENTRAL FORENINGEN FOR STAMPERSKIL (CS)

Tromsøen 3
DK-1614 Copenhagen V Tel.: (01)314040

DEUTSCHER BUNDESMEHR-VERBAND (DBMV)

Südstraße 123
D-5300 Bonn 2

GEWERKSCHAFT "H"

Outro facto que haverá que realçar e dar bem a conhecer é que na sua luta pela libertação política e social, o povo português nunca teve uma atitude de altivez ou de ódio para com outros povos. Este carácter nacional formou-se e desenvolveu-se praticamente desde a Fundação. Carácter que se tem mantido latente até hoje, tanto na resolução das suas questões internas como no apoio aos povos que lutam pela sua independência e soberania.

Sem dúvida que não têm sido sempre estes mesmos sentimentos que têm guiado a política doutros Estados. É da história. E a história como ciência utiliza conceitos e gradações. Deveria ser desejo de quem escreve e deseja fazer história, estabelecer, fundamentar e comprovar com verdades objectivas. E verdades objectivas serão, por exemplo, a Fundação do país, a sua conversão ao cristianismo, a expansão ultramarina, o domínio espanhol, o renascimento português, a libertação de Portugal em 1640, a aparição e desenvolvimento do movimento iluminista, a vitória da República...

Em Fevereiro de 1885, em clima de perfeito isolamento e a contento dos países da Europa central e da Inglaterra, Portugal foi levado a assinar e a reconhecer a delimitação de fronteiras das suas colónias em África.

Nesse mesmo ano, entrou-se numa fase aguda de partilha do continente africano. A Espanha proclamou protectorado sobre a Guiné. A Bélgica criou o Estado do Congo como possessão. A Itália ocupou Massauá. A Alemanha anexou o Tanganica e Zanzibar, Nova Guiné e Ilhas Bismarck. A Inglaterra proclamou protectorado sobre a Bechuanalândia, Baixo-Níger, Serra Leoa, Libéria e Mandalay. A França passou a controlar Madagascar. Uma convenção franco-alemã delimitou o resto do Congo e Camarões, etc., etc..

Como é evidente, a Inglaterra abandonou Portugal à sua sorte, mostrando um desprezo total pela defesa das posições e interesses dos portugueses.

A partir de meados de 1888 a penetração inglesa na zona do Niassa prosseguiu em ritmo acelerado. Estabeleceram "Missões" em Blantyre, criando assim os focos necessários ao conflito que desejavam impor.

Em 11 de Janeiro de 1890, tendo em mira a colonização de um vasto território que iria permitir aos ingleses o domínio até ao Niassa, o governo britânico enviou-nos um "Ultimato". Estava assim consumado o preceito de que "só a ocupação efectiva serve de título a direitos de soberania".



Grupo de revoltosos, à borda do «Mozambique», em Lisboa

As reacções que se verificaram no país foram violentas e a aliança com a Inglaterra foi imediatamente posta em causa pelas manifestações populares e um sentimento de repúdio grassava em todas as camadas sociais.

"Que lucrámos nós com esta aliança a um povo tão rapace como astuto, que explora a filantropia ingénua em benefício de um egoísmo insaciável?"

(em "O Tempo" de 25/1/1890)

"Os factos que hoje levantaram o espírito nacional não são mais do que o epílogo de uma longa história de vexames e expoliações."

("O Tempo" de 6/11/1890)

Mas houve também quem tenha visto no Ultimato o pretexto para se repensar toda a questão nacional:

"Portugal expia, com a amargura deste momento de humilhação, quarenta anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos. Só nos soubemos malbaratar na intriga, na vaidade, no gozo material, em vez de nos aproveitarmos no trabalho, na reforma das instituições e no progresso das ideias. Declamar contra a Inglaterra é fácil. Enganam-se os que julgam garantir o futuro e assegurar a nacionalidade com alardes de força. Havemos de afirmar a nossa vitalidade nacional com perseverantes esforços de inteligência e de vontade, com trabalho, estudo e rectidão."

(Antero de Quental)

necessidade de se criarem grupos de trabalho para análise deste novo/velho problema.

Veio assim o 1º Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém a 1 de Abril de 1989.

Nesse Encontro, já histórico, foi também eleita uma Comissão Instaladora mandatada para criar e legalizar uma Associação de Sargentos que fosse o núcleo catalizador e propiciador dos estudos necessários à resolução dos muitos problemas que à classe ainda se punham, relativos a deveres especiais de uma situação determinada.

A Associação Nacional de Sargentos é assim uma realidade desde 14 de Julho de 1989. Sem fins lucrativos e com personalidade jurídica. Dedicada à promoção de actividades cívicas, nomeadamente de dignificação social e cultural dos associados, com respeito pelos princípios de deontologia profissional e à criação de um espaço de convívio para a realização de actividades recreativas, desportivas e culturais, que estimulem o inter-relacionamento dos associados.

É uma Associação onde os sargentos devem participar activamente e pugnar pelo seu prestígio e desenvolvimento.

É uma Associação que já é considerada importante no espectro associativo militar português.



Seja
um assinante



Monumento mandado erigir no cemitério do Prado do Repouso, no Porto, pela Associação de Beneficência 31 de Janeiro e destinado a receber as ossadas dos que faleceram combatendo pela República no dia 31 de janeiro de 1891. Foi inaugurado em 31 de janeiro de 1897. MAQUETTE DE CARVALHO FIGUEIRA. — Cliche da casa Guedes, do Porto.

O compositor Alfredo Keil, como Rouget de l'Isle, inspirou-se na paixão patriótica, que n'esse momento assoberbava todos os corações, e compoz um hymno a que chamou a *Portuguesa* e para o qual o official da armada, auctor dramático e poeta, Henrique Lopes de Mendonça, escreveu a letra em grupos de estrophes, que terminavam como as da *Marselheza*, por um brado ás armas.

A's armas!
A's armas!
Sobre a terra
Sobre o mar!...

Immediatamente, este hymno foi adoptado como o canto nacional e, em toda a parte, executado e ouvido de pé. Na rua, as creanças cantavam-n'o; os gaiatos assoberbavam-n'o. Esta peça musical teve uma tal significação.

O SARGENTO Tiragem: 5000 exemplares
Propriedade:
Associação Nacional de Sargentos
Rua da Madalena, 125-32.
1100 LISBOA Tel. 876968

Redacção, Composição e Impressão: W9 de Registo
Rua da Madalena, 125-32.
1100 LISBOA na DGCS 115109

Comemoração do Centenário
do
31 Janeiro de 1891



26 Janeiro 1991
Porto

O 31 Janeiro de 1891

FOI: 1ª Afirmação de uma classe.

Embrião da República.

CONTINUARÁ: 2ª Exemplo de Dignidade
das Forças Armadas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



CLUBE SARGENTO DO EXÉRCITO

HISTÓRIA

É natural e é óbvio que as acções desenvolvidas pelos sargentos, na sua constante procura de uma melhor e mais digna vida, se têm pautado por uma conduta correcta, uma observância exacta de preceitos e valores considerados como essenciais para a construção de um Portugal novo, democrático, rumando para a integração na Comunidade Europeia.

A dignificação da Instituição Militar e a sua coesão têm sido o último objectivo dos sargentos para a plenitude daquela integração.

A ética patenteada em todas as suas atitudes, a vontade e disponibilidade sempre demonstradas, a busca de soluções tendentes ao diálogo e à efectiva participação dos militares na resolução dos seus problemas, têm sido por demais evidentes e reconhecidas.

Face à existência de lacunas e insuficiências, de que não são culpáveis, nomeadamente a falta de estatuto próprio, criaram os sargentos a sua Comissão Pró-Estatuto, que coordenando um trabalho de toda a classe, preparou um Projecto de Estatuto da Condição Militar e dele fez entrega na Assembleia da República, como contributo da sua experiência e saber militar.

A partir daí várias iniciativas foram levadas a cabo por forma a permitir nova discussão e recolha de opiniões que levasse a uma harmoniosa conclusão, relativamente a assunto tão sensível como os Estatutos.

No entanto veio o descontentamento gerado entre os militares e particularmente nos sargentos, por motivo das malfadadas alterações do seu sistema de vencimentos, viram os sargentos a

Não vamos repetir a cronologia dos acontecimentos que provocaram nuns o desespero noutros a revolta.

A "atmosfera" conduziu, naturalmente, ao clima próprio à revolta. À Revolução de 1891 que durou apenas algumas horas mas que fez passar Portugal pelo maior abalo do século. De um efeito social profundo, ficou a germinar a partir daí a revolução esboçada em 1910 e aprofundada em Abril de 1974.

Já foi posta em evidência uma das causas da revolta do Porto, o conflito criado pelos ingleses com o seu ultimato.

Também é sabido que o governo português



CARLOS FERRAZ
Emigrado em França (Hendaye)

conduziu-se sempre inabilmente e debilmente. Esquivou-se para aquiescer, resistiu para pactuar.

Aos primeiros sintomas do levantamento popular devido ao ultimato, surgiu pânico no seio do governo e o seu primeiro pensamento foi defender a coroa colocando-a debaixo da protecção da Inglaterra, em antagonismo com o sentimento nacional.

Este facto fundamental deu origem às perturbações políticas continuadas até à revolta de 31 DE JANEIRO.

- Lisboa era uma cidade em revolução.

Discutia-se nos cafés, organizavam-se manifestações nas ruas e nos teatros. Faziam-se conferências públicas de esclarecimento e de protesto.

- Lisboa era uma cidade em revolução. Discutia-se nos cafés, organizavam-se manifestações nas ruas e nos teatros. Faziam-se conferências públicas de esclarecimento e de protesto.

Ao movimento iniciado em Lisboa, sem plano, a que aderiram todas as classes, respondeu logo a Província e as Colónias.

A opinião europeia estimulava, condenando a Inglaterra. Muitos governos e parlamentos europeus reprovaram o atropelo de que Portugal tinha sido vítima. A própria imprensa inglesa considerou o procedimento inglês violento, desonesto e arbitrário.

Mas uma das causas da grande excitação pública foi a linguagem usada na imprensa portuguesa. Produziam-se documentos pedindo justiça sumária para os ministros do gabinete governamental.

A partir daqui surgiram os primeiros decretos ditatoriais restringindo o direito de reunião e a liberdade de pensamento.

Toda a gente reconhece que o governo defende de somente a coroa e o regime político.

Quando o sentimento público compreendeu que a coroa e o governo eram os seus inimigos, deu-se imediatamente uma súbita incorporação no partido republicano. Patriota e republicano tornaram-se sinónimos. De um lado ficou a monarquia com a velha aliada Inglaterra, do outro ficou o país, efervescente.

É daqui que vai sair a Revolta do Porto.

O surgimento de um jornal "A REPÚBLICA PORTUGUESA" no Porto, em Setembro de 1890, veio contribuir consideravelmente para acelerar os acontecimentos.

A Republica Portuguesa



Redacção da primeira edição

Nesse jornal se publicavam os escritos mais inflamados, de combate ao rei e ao governo, de incitamento à revolta, criando-se o dilema ou monarquia ou república.

Este jornal, muito simpático à generalidade dos militares, começou a publicar, sob a forma de cartas e manifestos, comunicações e opiniões de cabos, sargentos e soldados da guarnição do Porto e, depois, de militares doutras guarnições do país.

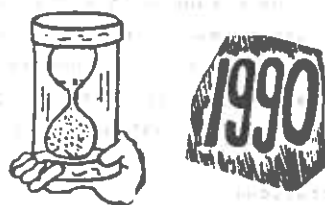
As Forças Armadas, e o 57/90, de 14 de Fevereiro, que aprovou o Novo Sistema Retributivo. A Moção termina com a decisão deliberada de que os Sargentos desenvolvem todos os esforços, através dos seus órgãos representativos, no sentido de que os referidos Decretos-Lei do Governo fossem ratificados pela Assembleia da República, devendo esta aspiração ser comunicada aos respectivos órgãos de soberania e ao Provedor de Justiça, "com o objectivo de, assim mais dignificar a Instituição Militar e todos os seus membros".

Pautando o seu procedimento pelos princípios éticos e pelos ditames da virtude e da honra, por dever de lealdade, características dos cidadãos militares, a ANS deu conhecimento da Moção às Chefias Militares tutelares. Aliás constitui dever do militar zelar pelos interesses dos seus subordinados e dar conhecimento, através da via hierárquica, dos problemas de que tenha conhecimento e aqueles dijam respeito, é o Dever de Tutela, Artº 15º do EMFAR.

Os Chefes de Estado Maior do Exército e da Armada acharam por bem que a instauração de processos disciplinares e Punições estariam mais de acordo com o Dever de Tutela e o Poder de autoridade.

Os dirigentes da ANS nos seus recursos, levantam também várias questões de inconstitucionalidade da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), do Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e o Código de Justiça Militar que, tanto violam várias normas e princípios constitucionais, nomeadamente no que se refere a Direitos Liberdades e Garantias, Recurso Contencioso e Direito de Petição dos cidadãos militares.

Seja
um assinante



Quando em 24 de Janeiro do ano transacto foi promulgado o DL 34-A 90 (EMFAR) os Sargentos dos três Ramos das Forças Armadas desenvolveram, através dos seus órgãos representativos e fundamentalmente através da sua Associação (ANS), diversas diligências junto das Chefias Militares e dos Órgãos de Soberania, demonstrando o seu inequívoco descontentamento, dado as injustiças que aquele Decreto impunha a toda a Instituição e, especialmente, aos Sargentos, classe considerada pelos Órgãos de Soberania e Chefias Militares como a espinha dorsal das Forças Armadas.

Das diversas diligências efectuadas, há a destacar a Moção aprovada, em 1 de Fevereiro, durante as comemorações realizadas em vários pontos do país do 31 de Janeiro, na qual se constata que o EMFAR não tinha sido elaborado com critérios de justiça e de dignificação da Instituição Militar, mas sim com critérios economicistas. Que o EMFAR não contemplava as justas aspirações que os Sargentos atempadamente tinham apresentado ao Governo e demais Órgãos de Soberania.

A Moção que foi aprovada por mais de 1500 Sargentos dos três Ramos, concluiu que os órgãos representativos da classe deviam desenvolver todas as diligências ao seu alcance e junto da Assembleia da República, para que o EMFAR e o Novo Sistema Retributivo (vencimentos), viessem a ser rediscutidos e rectificados.

Passado um ano, é claro para toda a gente, que os Sargentos tinham razão. Não só na sua

pretensão como também na análise então efectuada.

Outra ilação não se pode retirar, já que a Assembleia da República chamou à rectificação os referidos documentos e o próprio Governo, através do seu Ministro da Defesa Nacional, tornava público em 17 de Julho aceitar rever o EMFAR por não haver donas na elaboração da legislação "in Público" de 17.7.90.

Durante o processo de revisão a Associação Nacional de Sargentos apresentou um conjunto de propostas de alteração à Comissão Parlamentar de Defesa Nacional que consubstanciavam as aspirações dos Sargentos e que incidiam, fundamentalmente, na objectivação dos deveres, na definição dos direitos, numa melhor articulação de carreiras e na correcção da tabela indiciária do NSR (vencimentos).

Hoje, é já possível fazer-se um balanço global ao trabalho executado pela Comissão Parlamentar, podendo-se afirmar, que no que concerne ao EMFAR muitos artigos foram alterados, e para melhor, nos capítulos de direitos e deveres e na possibilidade de defesa em processo contencioso.

Já no que respeita às carreiras nada foi contemplado relativamente a Sargentos e Praças, o mesmo não acontecendo no respeitante às carreiras de Oficiais.

O NSR não sofreu qualquer alteração. Não vimos contempladas nem atendidas sequer as propostas de Sargentos.

Concluindo, Poder-se-a afirmar que o EMFAR sofreu alterações positivas, apesar de algum elitismo evidenciado no trabalho efectuado na Assembleia da República.

Mas, mais uma vez, podemos também afirmar, que o nosso esforço e empenhamento postos nestas questões Valeu a Pena.



NOTÍCIAS

REVOLTA DE 31 DE JANEIRO DE 1891

COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO

Vai realizar-se no Porto, dia 26 de Janeiro de 1991 um Encontro de Sargentos integrado nas comemorações do Centenário da Revolta para a Implantação da República em Portugal, com o seguinte programa:

12H00 - Romagem ao Monumento erigido no cemitério do Prado do Repouso aos que combateram morrendo pela República em 31 DE JANEIRO DE 1891.

13H00 - Almoço-Convívio no Parque de Exposições da Câmara de Vila Nova de Gaia.

14H00 - Sessão-Colóquio sobre as questões da actualidade relativas à classe de Sargentos.

Foram organizadas excursões ao Porto em autocarros da RN, com itinerários cobrindo diferentes áreas do país, para permitir aos sargentos estar presente nestas realizações.

Para apresentar cumprimentos e desejar as Boas Festas a Sua Exã. o Presidente da República, esteve no Palácio de Belém uma representação da ANS.

Os sargentos foram recebidos pelo Senhor General Chefe da Casa Militar a quem entregaram um Convite dirigido ao Senhor Presidente, para as comemorações do Centenário do 31 DE JANEIRO a realizar no Porto pela Associação Nacional de Sargentos e Clube de Sargentos do Exército.

Com a mesma finalidade foi outra representação da ANS ao Ministério da Defesa, Estado Maior General das Forças Armadas e Estados Maiores da Força Aérea, Marinha e Exército.

Para além da apresentação de cumprimentos e convites para as comemorações do 31 DE JANEIRO no Porto, foram também solicitadas audiências ao Ministro da Defesa e aos Generais-Chefes dos Estados-Maiores.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Durante este período de ratificação pela Assembleia dos Decretos relativos aos Estatutos das Forças Armadas (EMFAR) e ao NSR (vencimentos), a Associação tem estabelecido contactos com os Grupos Parlamentares para lhes continuar a apresentar as sugestões que têm chegado à sede vindas de muitos sargentos. Será de referir a atenção com que os parlamentares têm recebido sempre a ANS.

FACTOS

A ÚLTIMA HORA

Porto, 31 de Janeiro de 1891, às 4 horas da manhã.

Viva a República!
A força militar do Porto, salda nasceram. As 3 horas da madrugada de hoje, das suas quartéis, sem de cobrir-se de glória, determinando a fim da monarquia de Bragança em Portugal e proclamando a República!

Este movimento, esperado há certo tempo a esta parte, porque para esse trabalho activamente o partido republicano, de acordo com o elemento militar, com o carácter revolucionário político e uma organização socialmente nacional.

As tropas que reuniram todos, incluindo a Guarda Nacional, ao campo da Regeneração, encaminharam-se neste momento para a Praça de D. Pedro, onde, das janelas da Câmara, se proclamou a República ao povo do Porto, nomeando-se a este acto a JUNTA PROVISÓRIA DO GOVERNO NO NOITE DO PAIZ.

Este movimento, a hora que escrevemos e as regulas, está a suceder em todo o norte do país e em Lisboa, porque assim está tudo determinado.

E' um movimento imprevisto desenvolver esta revolução por isso em supplemto forneceremos ao publico os detalhes do grande acontecimento que acaba de consummar-se.

Neste momento, apressado na história patria, compretemos, quando a aspiração nacional se tornou em successo grandioso, quando o regado se completou, quando a salvação da patria se iniciou, bradar, as clifas do pleno sacrificio da nossa alma como as que se destinam a viver e se dispuseram a morrer, bradar, a largos pulmões, eufem, eufem, eufem!

VIVA O EXERCITO!
VIVA PORTUGAL!
VIVA A REPUBLICA!
O exercito está reunido na praça de D. Pedro, aguardando o momento de ser proclamada no momento da edificação dos Paços de Concelho a República.

Daremos promessas de trabalhos em supplemto, conjuntamente com a proclamação da Junta Revolucionaria.



2.º SARGENTO BARROS,
DA GUARDA FISCAL
(15 anos de deprezo)

A ÚLTIMA HORA do numero de 31 de Janeiro de 1891, J. A. REPUBLICA PORTUGUEZA (Reprodução photographica)